



Estados e municípios poderão formar consórcios públicos

Com a aprovação do projeto, que segue para promulgação, municípios ou estados poderão fazer obras em conjunto, como aterros sanitários, que beneficiem uma grande região

O Senado aprovou ontem projeto que permite contratação de operações de crédito internas ou externas por consórcios públicos municipais e estaduais. O texto segue para promulgação.

O objetivo dos consórcios públicos, que são parcerias entre mais de um estado ou município, é prestar serviços e desenvolver ações de interesse coletivo que beneficiarão os habitantes de mais de uma cidade.

A lei atual que regula os limites, garantias e condições de autorização para operações de crédito por parte de estados e municípios não faz referência aos consórcios públicos. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em Plenário, senadores elogiaram proposta de consórcios públicos, os quais, segundo eles, vão otimizar esforços e recursos e modernizar a administração pública

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ricardo Ferraço é o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

Proteção de dados pessoais vai a Plenário em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o projeto que regulamenta o tratamento de dados pessoais pelo poder público e pela iniciativa privada. O relatório, do senador Ricardo Ferraço, traz alterações apenas de redação no texto que veio da Câmara dos Deputados. A proposta segue para Plenário em regime de urgência.

Na avaliação do relator, o projeto cria regras equilibradas para proteger a privacidade sem impedir a inovação tecnológica. Ferraço argumentou que, para a maioria das pessoas, a proteção de dados pessoais é vista de forma bastante simplificada, como se fosse apenas a mera exposição em redes sociais ou na internet. **7**

Arte de Athos Bulcão está viva em Brasília, destaca sessão

O Congresso Nacional fez ontem uma sessão solene para homenagear o centenário de nascimento de Athos Bulcão. Senadores ressaltaram o vínculo do artista com Brasília. Suas obras, que transformaram a cidade em museu a céu aberto, constituem a identidade cultural e a beleza da capital, afirmaram. A integração entre arte e

arquitetura, marca do artista, também foi exaltada por familiares de Athos e convidados da sessão.

O Congresso — que exibe várias obras do artista — preparou outras atividades para marcar o centenário. Entre elas, uma exposição no Senado de projetos originais, gravuras e parte dos azulejos de algumas criações de Athos. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Sobrinha-neta de Athos Bulcão (à frente) visita exposição no Senado

Comissão de Orçamento pode votar hoje projeto da LDO para 2019

A Comissão Mista de Orçamento se reúne hoje para analisar o relatório final do senador Dalírio Beber ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Quase 2 mil emendas foram apresentadas ao texto.

Depois de passar pelo colegiado, o projeto terá que ser aprovado pelo Congresso. O objetivo é aprovar o texto antes do recesso parlamentar. **5**

Setor produtivo critica tabela de preços para frete rodoviário

Representantes da indústria e dos produtores agropecuários disseram ontem, na comissão mista sobre a MP que fixou valores para fretes rodoviários, que a tabela desorganiza o setor. Para Flávio Castelo Branco, da Confederação Nacional da Indústria, o tabelamento fere o princípio da livre iniciativa, descumprindo contratos e desorganiza e prejudica o sistema produtivo. **8**

Aprovados nomes para embaixadas na Rússia e Suíça **3**

Avança readmissão de empresas no Supersimples **7**

Projeto que agiliza doação de órgãos deve ser votado **6**

Congresso volta a se reunir hoje para analisar vetos **3**

Homenagem a Athos Bulcão destaca vínculo com Brasília

Em sessão solene no Congresso para lembrar centenário de nascimento do artista, senadores ressaltaram importância da obra de Athos, que, integrada à arquitetura, conferiu identidade cultural e beleza à capital

O CENTENÁRIO DE nascimento de Athos Bulcão foi comemorado ontem em sessão solene do Congresso. Na homenagem, foi lembrado o vínculo do artista com Brasília, cidade à qual ele ajudou a dar identidade cultural e beleza, sobretudo com seus azulejos.

— Alguns artistas têm o privilégio de ver suas obras integradas a uma cidade. Poucos podem dizer que seu trabalho faz parte da identidade de uma metrópole. Mais raros são aqueles cuja ausência de sua arte desfiguraria a paisagem urbana. Athos pertence à última categoria — disse o senador João Alberto Souza (MDB-MA), que presidiu a sessão.

Athos trabalhou com Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx. Nascido em 2 de julho de 1918, no Rio de Janeiro, ele abandonou o curso de medicina para se dedicar à arte.

Seus azulejos e outras obras de arte enfeitam pontos como o Congresso, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, a Torre de TV, o Teatro Nacional e o Aeroporto Juscelino Kubitschek.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) destacou que Brasília se tornou um museu de Athos.

— O talento do artista, o momento histórico em que viveu, propício ao desbravamento, as parcerias com gênios como Portinari, tudo contribuiu para dar-lhe grandeza — disse.

Para o senador Hélio José (Pros-DF), nenhuma outra arte moldou-se tão bem à arquitetura de Niemeyer como as obras de Athos.



Cristovam fala na sessão, observado por familiares de Athos e convidados

O presidente da Fundação Athos Bulcão (Fundathos), Paulo Brum Ferreira, ressaltou o “monumental e sui generis” trabalho do artista na integração entre arte e arquitetura, com formas únicas que se confundem com a paisagem de Brasília — cidade que o artista escolheu para viver e onde morreu, em 2008, aos 90 anos.

O subsecretário do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, Gustavo Pacheco, garantiu haver um esforço da administração para recuperar espaços culturais como o Teatro Nacional, cujo painel de blocos de concreto é uma das obras mais famosas de Athos. Sobrinhas-netas do artista, Maria Antonieta Bulcão Ferrari e Maria Inês Di Rienzo Bulcão representaram a família na homenagem.

— Ele pertence a Brasília. Em cada lugar que a gente olha, vê o Athos, a mansidão dele, o carinho com que tratou cada obra — disse Maria Antonieta.

Outras atividades foram programadas para marcar o



Vanessa lê encarte do Jornal do Senado sobre 100 anos de Athos

centenário. Entre elas, está uma mostra na Senado Galeria com 15 quadros que apresentam projetos originais, gravuras e parte dos azulejos de algumas obras. A exposição, em parceria com a Fundathos, ficará aberta ao público até o dia 29.

A visita institucional do Senado fez um roteiro que retrata a vida e a trajetória do artista por meio das obras presentes no Congresso.

Leia reportagem especial sobre Athos: <http://bit.ly/ArtistadeBrasilia>

Simone: juízes não respeitam prisão domiciliar para mãe

Simone Tebet (MDB-MS) denunciou que nem metade dos juízes do país cumpre decisão do STF que determinou o regime domiciliar às mães gestantes ou com filhos de até 12 anos presas preventivamente. A decisão deveria ser cumprida por todos os juízes até abril deste ano, definiu o tribunal.

A senadora pediu à Câmara que vote projeto, já aprovado pelo Senado, que transforma em lei a decisão (PLS 64/2018).

— Não estamos falando de mães encarceradas, mas de filhos que nascem dentro do cárcere. A criança acaba sendo condenada junto com a mãe.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim é 1º colocado em avaliação parlamentar

Primeiro colocado entre os senadores na pontuação do e-Ranking Cidadão, avaliação do trabalho parlamentar coordenada pelo Laboratório de Estudos Político-Sociais, Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem em pronunciamento no Plenário que a iniciativa é mais um instrumento que a sociedade tem para conhecer e acompanhar o trabalho de todos os parlamentares.

— Foi o primeiro ranking divulgado pelo laboratório. Neste ano, foram avaliados a atuação e o engajamento de deputados e senadores em relação às questões relacionadas ao trabalho, previdência, pré-sal e gastos públicos — afirmou o senador.

Chaves lamenta a morte de Edson Machado de Sousa

Pedro Chaves (PRB-MS) lamentou ontem a morte do professor Edson Machado de Sousa, em Brasília, no dia 20, aos 78 anos. Formado em matemática, Machado se destacou como pesquisador na área de educação e planejamento, atuando em instituições como Capes e Ipea, e foi secretário de Ciência e Tecnologia no governo do ex-presidente Fernando Collor.

— O Edson, na verdade, é um ícone da educação brasileira. Graças a ele, muitas mudanças foram feitas e o ensino superior encontrou seu verdadeiro caminho — disse o senador.



Moneira Menezes/Agência Senado

Congresso é iluminado de verde para conscientizar sobre câncer

As duas cúpulas do Congresso estão iluminadas de verde, em alusão à campanha Julho Verde, mês de conscientização e informação para o combate ao câncer de cabeça e pescoço. A demanda para a iluminação, que permanece durante esta semana, foi feita pela Associação Câncer Boca e Garganta, que tem como

missão prevenir, apoiar e mobilizar a sociedade para que os portadores tenham o tratamento e a reabilitação adequados.

Tumor de cabeça e pescoço é a denominação genérica dos tumores que se originam de várias regiões das vias aéreas e digestivas, como boca, língua, gengivas e bochechas.

Lei institui 5 de novembro como o Dia Nacional do Interactiano

O Dia Nacional do Interactiano será celebrado anualmente em 5 de novembro.

A homenagem aos integrantes dos Interact Clubs — formado por jovens de 14 a 18 anos, integrantes dos

Rotary Clubs — foi incluída no calendário nacional pela Lei 13.687, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem no PLS 446/2009, do senador Alvaro Dias (Pode-PR).

Segue para o Plenário data em homenagem aos turismólogos

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) que institui 27 de setembro como Dia Nacional do Turismólogo e Profissionais do Turismo (PLC 14/2017). O texto segue para o Plenário.

O relatório de Lídice da Mata (PSB-BA), lido por José Agri-

pino (DEM-RN), ressalta que a data já é reconhecida como Dia do Bacharel em Turismo. A intenção da mudança é adotar a nomenclatura oficializada a partir da regulamentação da profissão de turismólogo, em 2012, porém ampliando a homenagem a todos os profissionais que atuam no setor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Balanço da Anvisa**
9h Audiência com o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Jarbas Barbosa. Depois, pauta de 18 itens.
- CCT Dados na carteira de identidade**
9h Entre 21 itens, o PLS 225/2015, sobre meios eletrônicos para concentração de informações na carteira de identidade.
- CDR Petróleo e gás natural**
9h Audiência para debater o modelo de produção de petróleo e gás natural.
- CCJ Conselhos tutelares**
10h O PLS 631/2011, que altera processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares, é um dos 22 itens.
- CMO Orçamento**
10h Reunião para tratar do Orçamento. Às 14h, nova reunião.
- CONGRESSO Vetos**
10h O Congresso volta a se reunir para continuar a votação de vetos e projetos.
- CRE Dois embaixadores**
10h Indicações para Polônia e Áustria.
- CPI DOS CARTÕES Relatório final**
10h05 Apresentação e votação.
- CE Alunos com deficiência**
10h30 Debate sobre alunos com deficiência.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
11h O PLS 513/2017, sobre radiodifusão comunitária, está na pauta.
- CTFC Balanças de precisão**
11h O PLS 21/2017, que obriga balanças de precisão no varejo, é um dos 5 itens.
- MP 838/2018 Subsídio para óleo diesel**
11h Audiência com a ANP, entre outros.
- CDH Crianças com deficiência**
14h O PLS 382/2011, sobre brinquedos adaptados, é um dos 29 itens.
- MP 832/2018 Preço do frete**
14h30 Análise do relatório.
- MAUS-TRATOS Análise de pedidos**
15h A CPI analisa requerimentos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Aprovado consórcio de estados e municípios

Objetivo do projeto, que segue para promulgação, é permitir a prestação de serviços que beneficiarão a população de dois ou mais estados ou de duas ou mais cidades

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que permite contratação de operações de crédito internas ou externas por consórcios públicos municipais e estaduais. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 31/2017 proíbe, no entanto, que um consórcio seja criado com o único objetivo de obter o crédito. O texto vai à promulgação.

Os consórcios públicos são parcerias sem fins lucrativos, firmadas entre dois ou mais entes da Federação (estados ou municípios), e concretizadas por meio da criação de uma pessoa jurídica de direito público ou privado. O objetivo é prestar serviços e desenvolver ações de interesse coletivo, que beneficiarão a população de dois ou mais estados ou de duas ou mais cidades.

A lei que regulamenta os limites, garantias e condições de autorização para operações de crédito por parte de estados e municípios não faz referência aos consórcios públicos. Isso tem sido motivo para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não acatar pedidos de operação de crédito nesses casos.

O projeto de resolução permite também que cidades com



Plenário durante votação do projeto que, segundo senadores, vai impulsionar o desenvolvimento dos municípios

menos de 90 mil habitantes possam contratar empréstimos externos, o que hoje é proibido.

Substitutivo

O texto aprovado foi um substitutivo de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ao projeto original de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador explicou que a proposta é muito importante para o desenvolvimento dos municípios que, para realizar obras e serviços, precisam unir interesses por meio dos consórcios.

— No estado de Sergipe, há quatro consórcios muito atuantes. A construção de um aterro sanitário, por exemplo, atende aos interesses de municípios vizinhos. É onde aparecem os consórcios, que poderão tomar um empréstimo para financiar aquele aterro — declarou.

Kátia Abreu (PDT-TO), que leu o relatório de Maria do Carmo mais cedo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o projeto também foi aprovado, elogiou o texto: — Não há nada mais moder-

no, principalmente em momentos de crise e dificuldades, do que a união de forças. Os consórcios já são usados em todas as partes do mundo. É uma inovação — elogiou.

Condições

O projeto detalha procedimentos a serem observados pelos participantes do consórcio, visando cumprir limites de endividamento estabelecidos hoje em lei. O consórcio terá que definir, no momento da contratação do crédito, a forma

a ser adotada na repartição das parcelas de seu valor total entre os consorciados. Para isso, poderá usar a cota do contrato de rateio vigente no momento da contratação ou a de investimentos atribuída a cada ente consorciado. Está incluída aí a hipótese de que um ou mais consorciados não assumam parcelas de responsabilidades em determinada operação.

O mesmo critério terá que ser observado em relação às garantias e contragarantias a serem prestadas pelos entes consorciados. Ou seja, deverão se limitar aos valores proporcionais apropriados por ente.

O substitutivo ainda detalha as regras de responsabilização financeira dos entes associados para os casos de sua retirada do consórcio ou em caso de extinção do contrato.

A extinção, por exemplo, não alterará as responsabilidades financeiras ou as garantias e contragarantias oferecidas na contratação. O texto também determina que os entes do consórcio arquem de forma solidária com as obrigações até que haja uma decisão que indique os responsáveis por algum atraso.

Plenário confirma indicação para embaixada brasileira na Suíça

A indicação do diplomata Evandro de Sampaio Didonet para o cargo de embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, associadamente, no Principado de Liechtenstein foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, com 43 votos favoráveis.

Mestre em administração de empresas pela Webster University (EUA), Didonet ingressou na carreira diplomática em 1980. Foi, entre outras funções, diretor do Departamento de Negociações Internacionais do

Itamaraty. No exterior, exerceu cargos como o de primeiro-secretário na embaixada em Bonn, conselheiro na embaixada em Roma, ministro-conselheiro e encarregado de negócios na embaixada em Ottawa e ministro conselheiro e encarregado de negócios na embaixada em Washington. Desde 2016, é representante da Missão Permanente junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desde 2008, o Brasil é o principal parceiro comercial

suíço na América Latina. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, nos planos político e econômico, Brasil e Suíça mantêm uma cooperação bilateral consistente, que abrange as áreas de ciência e tecnologia, educação, saúde, energia e meio ambiente.

Liechtenstein

Em relação ao Principado de Liechtenstein, localizado a oeste da Suíça, o país delega à nação vizinha as relações exteriores. Por esse motivo, o

diálogo político com o Brasil ocorre por meio das embaixadas brasileira em Berna e da embaixada suíça em Brasília, representante dos interesses do principado no território nacional.

Em razão do pequeno território e população — de área inferior à do Plano Piloto de Brasília —, o intercâmbio comercial com o Brasil é modesto. Contudo, o Itamaraty ressalta que há potencial para progresso nas relações bilaterais.

Escolhido novo embaixador do Brasil na Rússia

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Tovar da Silva Nunes para chefiar a embaixada brasileira na Rússia. Ele recebeu 45 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. Nunes também acumulará o comando das atividades diplomáticas brasileiras na República do Uzbequistão, onde o Brasil não possui embaixada ou consulado.

Sabatina

O diplomata foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no final de junho. Na ocasião, ele disse que o Brasil tem interesse em fechar um acordo de cooperação e facilitação de investimentos com a Rússia, possibilitando laços comerciais mais consistentes. O indicado disse esperar que as trocas comerciais entre as duas nações cresçam US\$ 1 bilhão por ano nos próximos cinco anos.

Tovar da Silva Nunes foi chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores entre 2013 e 2015 e depois foi embaixador do Brasil na Índia, cargo que ocupava desde 2015.

Veto à federalização da Rota das Neves é rejeitado por deputados

Os deputados rejeitaram ontem o veto total do presidente Michel Temer a um projeto de lei da Câmara que federaliza o trecho de rodovia entre as cidades de Bom Jesus (RS), na Serra Gaúcha, e Bom Retiro (SC), na Serra Catarinense. O intervalo entre as BRs 282 e 285 é conhecido como Rota das Neves. O Veto 14/2018 deve ser analisado pelos senadores em uma nova sessão convocada para hoje, às 10h.

O PLC 58/2016 transfere o trecho para o Sistema Rodoviário Federal. Com isso, atividades de construção, manutenção, operação e ad-

ministração da infraestrutura passam a ser de responsabilidade da União.

De acordo com o Palácio do Planalto, a rodovia não atende os requisitos para a federalização. Mas o veto foi derrubado inclusive com o voto de parlamentares aliados ao governo. Foram 284 votos na Câmara pela derrubada e apenas 12 pela manutenção. Para a deputada Carmem Zanotto (PPS-SC), a federalização da rodovia “é fundamental”.

— Vamos reduzir o tempo de deslocamento entre as duas cidades. É de lá que sai a produção de maçã do país.

Senado aprova autorização de empréstimo para Hortolândia

Foi aprovado em Plenário ontem pedido de autorização de contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 42 milhões (cerca de R\$ 163,6 milhões em valores atuais) para o município de Hortolândia (SP). O contrato será firmado com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 32/2018 foi aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A estimativa é que sejam liberados em torno de US\$ 10 milhões por ano entre 2018 a 2022.

Estão previstos gastos com construção de pontes e travessias, recuperação e preservação ambiental, ampliação da rede municipal de ensino e de saúde, aprimoramento do sistema de segurança pública e incentivo à prática de atividades esportivas e de lazer.

A senadora Marta Suplicy (MDB-SP) agradeceu a agilidade na votação da proposta antes do recesso de julho.

— Hortolândia está esperando esse recurso há muito tempo, que vai melhorar a qualidade de vida da população.

Audiência aponta falhas em amparo a agricultor familiar

Falta controle dos beneficiários do Programa Garantia-Safra, afirmou integrante do TCU, enquanto representante dos trabalhadores rurais cobrou mais recursos para capacitação de conselheiros

A IDENTIFICAÇÃO DE irregularidades no controle dos beneficiários do Programa Garantia-Safra foi apontada pelo diretor da Secretaria Ambiental do Tribunal de Contas da União, Hugo Chudyson, em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Voltado a agricultores familiares que vivem em áreas onde há perdas frequentes de safra por causa de seca ou excesso de chuvas, o programa do governo federal foi o tema da audiência, que integra uma série de debates para avaliar as políticas de amparo a agricultores.

— Em auditoria, identificou-se quase 5% dos beneficiários com desconformidades. É mais efetivo para a política que ela bloqueie preventivamente quem não deve entrar do que, após o pagamento, tentar receber esses valores — explicou.

Para o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Arnaldo José Brito, os



Jorge Etcheberry/SESC-SP

Programa atende agricultores de áreas com perdas por seca ou chuvas

recursos do Garantia-Safra não são suficientes para investir na capacitação dos conselheiros municipais, o que, para ele, evitaria falhas na execução do programa.

Autora do pedido para a audiência pública, a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que a gestão do programa não consegue administrar os recursos disponíveis de maneira eficaz.

— O custo é alto e a efetividade, baixa. Gastou R\$ 1 milhão

para mandar um boleto para dizer que a pessoa estava irregular; então, dinheiro tem. Esse R\$ 1 milhão poderia ter ido para capacitação, em vez dessa burocracia cara — criticou.

Os beneficiários do Garantia-Safra são agricultores que têm renda de no máximo um salário mínimo e meio e que plantam até cinco hectares de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão. Atualmente o valor do benefício é de R\$ 850.

Comissão da MP do fim do Fundo Soberano quer ouvir ministro

A comissão mista que analisa a medida provisória que extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB) aprovou ontem o plano de trabalho do colegiado. Apresentado pelo relator da comissão, deputado Mendonça Filho (DEM-PE), o plano prevê uma audiência pública para discutir a MP 830/2018, com a presença do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

O FSB foi criado em 2008 com o objetivo de atenuar o efeito de crises econômicas

sobre o país. Segundo o relator, o ministro deverá explicar o que levou o governo a tomar a providência via MP e expor as razões que justificam a extinção do fundo e do seu conselho deliberativo e a reversão dos recursos ali alocados para o Tesouro Nacional.

O presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), informou que a audiência pública está prevista para o dia 11. Já a apresentação do relatório final deve ocorrer no início de agosto.

HÁ 30 ANOS

Constituintes concluem votação da Carta em primeiro turno

Está encerrada a votação, em primeiro turno, da nova Constituição, anunciada em 4 de julho o *Jornal da Constituinte*. Começaria o segundo turno. O trabalho tinha sido estafante, dizia o jornal, “porém, é gratificante ver ganhar corpo sólido a lei que permitirá ao Brasil romper com dignidade o próximo século”. O presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, elogiou a atuação dos constituintes: “Tenho orgulho de presidir brasileiros dessa qualidade”.

*Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte54>*

Senadores criticam proposta de renovar por 30 anos concessão de ferrovia no Pará para a Vale

Os senadores Jader Barbalho (MDB-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) se manifestaram ontem, em Plenário, contra a proposta do governo federal de renovar por 30 anos a concessão, para a empresa Vale, da ferrovia que sai de Carajás, no Pará, para o Porto de Itaqui, no Maranhão. Como compensação por essa renovação, a Vale viabilizaria a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e também uma ferrovia em São Paulo, a Ferroanel.

Flexa Ribeiro criticou o

anúncio do governo:

— Eu disse ao presidente Temer que não somos contra a renovação da ferrovia da Vale, muito pelo contrário. Mas não é possível que esses recursos, que são tirados do Pará através da Lei Kandir, não sejam investidos na ferrovia paraense — explicou, acrescentando que trabalhará para barrar a destinação de recursos para outros estados.

Jader Barbalho anunciou que pretende marcar uma audiência com a Presidência da República e recorrer ao Ju-

diciário para evitar que o Pará seja prejudicado pela decisão.

Já Ricardo Ferraço ressaltou que o Espírito Santo também tentará impedir o investimento de recursos na Região Centro-Oeste, pois isso significaria o fim dos planos de construção de uma ferrovia prevista para ligar a capital capixaba, Vitória, ao sul do estado. A obra de expansão do Complexo Siderúrgico de Tubarão ao futuro Porto Central havia sido confirmada pelo governo federal no ano passado.

Reguffe reclama de encarecimento de planos de saúde

Reguffe (sem partido-DF) criticou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por ter entrado na Justiça para derubar liminar de um juiz que limitava a 5,72% o aumento dos planos de saúde individuais. O senador também reclamou de resolução da ANS que permite cobrar do cliente 40% do atendimento. Ele disse que vai votar a favor de um decreto legislativo para sustar a medida.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares quer incentivar cidadão a denunciar corrupção

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu apoio a projeto dele, apresentado ontem, que dá incentivos ao cidadão para denunciar corrupção. A proposta criaria um “canal seguro” para a comunicação de atos lesivos ao interesse público.

O projeto prevê ainda a possibilidade de sistemas de recompensas ao denunciante ou reportante, explicou o senador.



Morieiro Mariz/Agência Senado

Lindbergh acusa governo de criar grande crise social

O presidente Michel Temer provocou uma grande crise social com as suas políticas públicas, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele citou aumento do desemprego, a volta de milhões de pessoas à situação de miséria, perda de direitos trabalhistas e fechamento das farmácias populares.

O senador reiterou que o PT manterá a candidatura do ex-presidente Lula à Presidência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Petrobras erra ao fechar fábricas, afirma Rudson

Rudson Leite (PV-RR) protestou contra a decisão, confirmada pela Petrobras, de fechar duas fábricas de fertilizantes na Bahia e em Sergipe. Para o senador, o fechamento é mais uma decisão equivocada dos administradores da estatal, tomados pelo “foco no curto prazo” e pela “obsessão dinheirista”. Ele advertiu que o agronegócio ficará totalmente dependente de ureia importada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana homenageia Brasileia, no Acre, por 108º aniversário

Jorge Viana (PT-AC) homenageou Brasileia (AC) pelos 108 anos de fundação. O senador relatou que a cidade é o berço do movimento sindical rural de Wilson Pinheiro e de Chico Mendes, ambos assassinados. Ele também disse que apresentou projeto para que a zona de livre comércio de Epitaciolândia seja estendida a Brasileia, Assis Brasil e outras cidades em áreas de fronteira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier defende nova escolha de ministros do STF

Ao avaliar que o Brasil tem o “pior Supremo Tribunal Federal de todos os tempos”, o senador Lasier Martins (PSD-RS) defendeu alteração no mecanismo de escolha dos ministros. Ontem ele manifestou no Plenário apoio à mudança na Constituição para que os membros do STF sejam indicados por uma comissão de juristas, não pelo presidente da República.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi Hoffmann pede atenção do povo às eleições

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que as eleições legislativas deste ano são uma oportunidade para o Congresso recuperar sua imagem, promover o interesse público e barrar os chamados retrocessos da pauta legislativa. Ela registrou o lançamento de um manifesto que alerta o eleitor para que ele não seja induzido a escolher candidatos que votarão contra o povo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão pode votar hoje projeto da LDO 2019

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser aprovado pelo Congresso Nacional até 17 de julho. Relatório do senador Dalírio Beber foi apresentado no domingo à CMO

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) pode votar hoje o relatório final ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN 2/2018). A discussão do parecer do relator, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), pode ser aberta após a votação de duas medidas provisórias (823/2018 e 825/2018) que abrem crédito extraordinário para o Ministério da Defesa e para a Presidência da República (*veja abaixo*). Há três reuniões da CMO previstas para hoje.

Caso aprovado o relatório, o projeto

segue para votação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em sessão do Congresso Nacional. A meta do governo é votar a LDO e garantir que o Congresso possa decretar recesso em 17 de julho, suspendendo o prazo de tramitação das 23 medidas provisórias que tramitam atualmente.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), se disse otimista com a votação.

— Estamos agindo em acordo com o

pedido de datas feito pelo presidente do Congresso, senador Eunício de Oliveira — afirmou.

Emendas

Deputados, senadores, bancadas estaduais e comissões permanentes da Câmara, do Senado e do Congresso apresentaram 1.910 emendas ao projeto da LDO 2019. O prazo se encerrou na quinta-feira.

As emendas preveem a continuidade ou a inclusão de novos projetos ao

planejamento financeiro dos gastos da União, que será apresentado ao Congresso no segundo semestre.

Das 27 bancadas estaduais, somente 14 apresentaram propostas de emendas. Na Câmara, das 25 comissões permanentes, 24 propuseram emendas. No Senado, das 14 comissões permanentes, 13 apresentaram propostas de mudança na LDO. Das cinco comissões mistas permanentes, somente as Comissões Mistas de Mudanças Climáticas e de Orçamento apresentaram suas emendas.

Colegiado deve analisar auxílio para venezuelanos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar hoje a medida provisória (MP 823/2018) que abre crédito extraordinário de R\$ 190 milhões em favor do Ministério da Defesa para assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas vindas da Venezuela.

O Congresso já aprovou a lei que cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial para coordenar políticas públicas adotadas para atender os migrantes. O governo alega que as determinações do comitê geram despesas que não foram contempladas na

Lei Orçamentária deste ano. O relator, deputado José Priante (MDB-PA), recomendou a aprovação do texto.

Intervenção

Também estão na pauta a MP 825/2018, que concede crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão ao Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro. O parecer, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), é pela aprovação.

Segundo o Gabinete de Intervenção, dezenas de veículos da Polícia do Rio que estavam quebrados foram reparados, retornando ao patrulhamento

das ruas. Além disso, a compra de diversos equipamentos, como coletes, armas, munições e rádios, depende dessas verbas.

Outros dois projetos na pauta da CMO concedem crédito extra ao Poder Judiciário e ao Ministério Público da União (MPU). O PLN 9/2018 abre crédito de R\$ 92,2 milhões e o PLN 10/2018, de R\$ 15,5 milhões, ambos para o MPU e as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho. As verbas serão utilizadas, principalmente, em reformas, na construção ou na aquisição de prédios.

Com Agência Câmara



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício diz que comissão mista vai decidir sobre constitucionalidade

“Não vou devolver MP sobre dívidas rurais”, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que não vai devolver para o Executivo a medida provisória que anula a renegociação de dívidas rurais de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Propera).

A MP 842/2018 também revoga o desconto para liquidação de débitos de produtores rurais com linhas de financiamento do BNDES.

— Não vou criar um problema institucional neste momento de tantas dificuldades. Eu vou receber a MP e caberá à comissão analisar a constitucionalidade, porque a medida trata de vetos, de

matérias que foram vetadas, irreversíveis — afirmou Eunício.

A MP trata de artigos que foram vetados pelo presidente Michel Temer em janeiro, durante a sanção da Lei 13.606, e derrubados em abril pelos deputados e senadores em sessão do Congresso.

Após ser analisado na comissão mista, o texto será votado nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A MP 842 foi publicada no dia 25 de junho e tem validade por 60 dias prorrogáveis, uma única vez, por igual período. Se não for apreciada em até 45 dias, entrará em regime de urgência, suspendendo todas as demais deliberações da Casa em que estiver tramitando.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Avança prorrogação de contratos para ministérios

O relatório sobre a medida provisória que prorrogou por um ano 187 contratos de três ministérios foi aprovado ontem na comissão mista. O texto sobre a MP 829/2018, da senadora Ana Amélia (PP-RS), foi aprovado por unanimidade.

São prorrogados 108 contratos no Ministério da Cultura, 58 no do Planejamento e 24 no da Ciência, Tecnologia e Comunicações. Embora

na exposição de motivos do governo se afirme que não ocorrerão novos gastos com essas prorrogações, a nota técnica financeira elaborada pela Consultoria do Senado destaca que não “é sequer informado o impacto fiscal da prorrogação dos contratos comparativamente ao cenário em que os contratos não são prorrogados”. Na prática, isso prejudicou o exame da MP

no Congresso, explica a nota.

Mesmo assim, Ana Amélia se declarou favorável à aprovação, pois considerou haver relevância e urgência. Entretanto, disse que não poderia incluir 25 contratos do Ministério do Meio Ambiente que lhe foram solicitados pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), ex-ministro da pasta:

— Apesar de verificar a necessidade do pleito, somente o Poder Executivo tem essa prerrogativa. Seria ilegal eu incluir como relatora esses contratos que estavam fora da MP original. Cabe ao presidente Temer encaminhar outra medida provisória com esses contratos.

A MP, que teve sua validade prorrogada até 15 de agosto, deve agora ser votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Deputado Augusto Coutinho, presidente da comissão, e Ana Amélia, relatora

Adiada votação de regras para desistência de compra de imóvel na planta

O projeto que define regras para o distrato (desistência da compra) de imóvel na planta deverá ser votado na próxima semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ricardo Ferraço (PSDB-ES) leu ontem seu relatório sobre o PLC 68/2018, mas Cristovam Buarque (PPS-DF), Simone Tebet (MDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediram mais tempo para analisar a proposta.

Pelo projeto, o comprador que desistir de um imóvel na planta terá direito à restituição das quantias que houver pago diretamente ao incorporador, corrigidas monetariamente. O valor devolvido terá desconto da comissão de corretagem e do valor da multa, que não poderá exceder 25% da quantia já paga.

Quando o empreendimento tiver seu patrimônio separado do da construtora, a proposta prevê permissão para que as

construtoras fiquem com até 50% dos valores pagos pelo consumidor, em caso de desistência. A incorporadora poderá atrasar em até 180 dias a entrega do imóvel sem sofrer ônus.

Para o deputado Celso Russomanno (PRB-SP), autor da proposta, diante da ausência de regulação, as pessoas que não têm condição financeira de ir à Justiça acabam sem receber de volta os valores já pagos. Para Ferraço, que

apresentou parecer pela aprovação, o projeto garante segurança jurídica para o setor de construção civil e assegura aos compradores o direito de receber seus imóveis dentro do prazo dos contratos.

Segundo Vanessa, o projeto beneficia mais as construtoras do que os compradores. De acordo com Simone, o projeto não faz a separação da desistência motivada da imotivada, do especulador e do mutuário comum.

Projeto que facilita doação de órgãos na pauta de hoje

Segundo a proposta, a doação não precisará de autorização de familiares, como acontece atualmente. Bastará que a pessoa manifeste em vida, de forma válida, o desejo de ser doador após a morte

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje, às 10h, projeto que possibilita a doação de órgãos sem autorização de familiares, quando a pessoa tiver manifestado ainda em vida a vontade de ser doadora.

O PLS 453/2017, do senador Lasier Martins (PSD-RS), altera a Lei dos Transplantes (Lei 9.434, de 1997). Atualmente a norma exige autorização de cônjuge ou parente maior de idade, até o segundo grau, para retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas

mortas para transplantes ou outra finalidade terapêutica.

O projeto transforma essa exigência de obrigatória em condicional. Com isso, só será exigida autorização do cônjuge ou parente próximo de uma pessoa falecida para doação de órgãos caso ela não tenha manifestado essa vontade, em vida, de forma expressa e legalmente válida.

“É uma regulação que torna mais fácil a doação de órgãos e tem a capacidade de melhorar a qualidade de vida dos que necessitam de órgãos para

prorrogar com dignidade suas vidas”, argumenta Lasier.

No relatório favorável, a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que a manifestação válida da vontade de alguém sobre a doação de partes de seu corpo após a morte é suficiente e deve ficar livre da intromissão de terceiros, desde que essa retirada seja gratuita e para fins científicos ou altruísticos.

Se for aprovado pela CCJ, o projeto seguirá para a Câmara, caso não haja recurso para ser votado em Plenário.

Política Nacional de Doenças Raras deve ir a votação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne hoje para analisar pauta composta por 18 itens. O primeiro deles é o projeto que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde (SUS). O relatório do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) é favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/2016.

Outro item em pauta é o PLC 133/2017, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética. O projeto também

é relatado por Ronaldo Caiado, favorável ao texto.

A CAS deve analisar ainda o PLC 17/2018, que obriga colégios das redes pública e privada a capacitar profissionais em noções básicas de primeiros socorros. A medida vale para educação infantil e básica e para recreação infantil. A relatora, senadora Rose de Freias (MDB-ES), defende a aprovação do texto.

Já o Projeto de Lei do Senado (PLS) 176/2008, de Alvaro Dias (Pode-PR), muda as regras do Seguro Obrigatório de Danos

Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). O texto permite a comprovação de lesões físicas ou psíquicas permanentes por meio de laudo médico.

O relator, Sérgio Petecão, (PSD-AC) defende a aprovação do texto com mudanças. Ele sugere o reajuste nos valores dos prêmios do Seguro DPVAT de acordo com a variação da inflação, a permissão para que o usuário escolha a seguradora a ser contratada e o fim da exclusividade dos laudos periciais dos institutos médicos legais.

Ana Amélia elogia decisão do STF sobre contribuição sindical

A senadora Ana Amélia (PP-RS) parabenizou ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) por ter julgado constitucional o fim da contribuição sindical obrigatória. O caráter voluntário da contribuição está previsto na reforma trabalhista, em vigor desde novembro.

Ela disse que o STF acertou ao manter o texto aprovado pelo Congresso. Segundo a senadora, o sentimento entre os trabalhadores é de que os sindicatos usavam o dinheiro para atividades políticas e não para ações mais relevantes, como assistência à saúde e qualificação profissional.

Ângela Portela anuncia apoio à investigação sobre planos de saúde

Ângela Portela (PDT-RR) anunciou apoio à criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as operadoras de planos de saúde, cujos aumentos, que superam a inflação, são motivo de queixa dos consumidores.

— Só em 2017 os planos perderam mais de 3 milhões de usuários, porque as pessoas não podem pagar. É lamentável. Todas essas pessoas vão aonde? Para o SUS agora — afirmou a senadora.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Regina destaca ações do Piauí no combate à violência contra a mulher

Regina Sousa (PT-PI) ressaltou o trabalho feito no Piauí para combater a violência contra a mulher e penalizar os agressores. Ela relatou que foi inaugurado ontem o Departamento de Atenção à Mulher e informou que, além das delegacias da Mulher, a população piauiense tem a Delegacia de Feminicídios e plantão de gênero.

A senadora destacou outra novidade: o aplicativo Salve Maria, desenvolvido no estado, que permite a denúncia de atos de violência contra mulheres.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Vanessa protesta contra congelamento de salário dos servidores públicos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) protestou contra o congelamento de salários dos servidores públicos estabelecido no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. Ela ressaltou que existe legislação aprovada pelo Congresso que garante a recomposição salarial dos servidores.

O governo quer equilibrar as contas cortando programas sociais e reajustes, disse. A senadora citou estudo das Nações Unidas que mostra o Brasil como “paraíso tributário para super-ricos” e pediu aprovação de impostos sobre distribuição de lucros e dividendos.



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Paim (3º à esq.) preside audiência com participação de juristas

Debatedores criticam fim da contribuição sindical obrigatória

Especialistas temem que o fim da contribuição sindical obrigatória reduza direitos trabalhistas. Eles debateram o assunto ontem na Subcomissão do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência foi realizada uma semana após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter considerado constitucional o fim da contribuição sindical obrigatória. A cobrança virou opcional a partir da reforma trabalhista, que passou a valer em novembro.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que houve esvaziamento financeiro dos sindicatos. Segundo ele, isso cria um enorme desequilíbrio entre os representantes dos trabalhadores e as organizações patronais, acabando com a livre negociação coletiva.

— E o trabalhador, não vai ter nada? Vai ter que andar

de bicicleta, a cavalo ou a pé? Como vai manter a estrutura, que vai desde a base à federação, à confederação?

Representantes sindicais e de associações também participaram da audiência. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Helder Amorim, criticou o fim da contribuição sem um período de transição para o novo modelo. Ele disse que a lacuna poderá trazer prejuízos para o trabalhador nas negociações coletivas.

— A convenção e o acordo coletivo poderiam prever condições piores de trabalho do que aquelas previstas na lei, que é o que denominamos de negociado sobre o legislado. A nova legislação prevê que a contribuição só pode ser cobrada caso o trabalhador concorde explicitamente com o desconto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova projeto de proteção de dados pessoais

A proposta, que segue para análise do Plenário em regime de urgência, regulamenta o uso e o armazenamento de dados pessoais tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto que regula o tratamento de dados pessoais pelo poder público e pela iniciativa privada. O relatório, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), traz alterações apenas de redação no PLC 53/2018, do deputado Milton Monti (PR-SP). A proposta segue para Plenário em regime de urgência.

Ferraço rejeitou três proposições com origem no Senado que tramitavam em conjunto: PLS 131/2014, PLS 181/2014 e PLS 330/2013:

— Foi um debate feito de modo concomitante na Câmara e no Senado. Ao longo desse processo, dialogamos muito e os textos se aproximaram. A Câmara foi mais célere e aprovou essa proposta, que considero muito razoável.

O senador negou que o projeto traga algum tipo de censura.

— Procuramos criar regras equilibradas para proteger a privacidade sem impedir a inovação tecnológica — explicou Ferraço, ressaltando que o Brasil está atrasado nessa área.

Na fase de debates, houve apoio de todos os senadores presentes, que consideraram importante o Brasil se juntar a outros países que já aprovaram suas normas sobre o tema.

— O mérito do projeto é equilibrar as garantias individuais com a preocupação de não impedir o dinamismo econômico de um país que deve ter propensão à inovação — afirmou Armando Monteiro (PTB-PE).

O relator argumentou que, para a maioria das pessoas, a proteção de dados pessoais é vista de forma bastante simplificada, como se fosse apenas a mera exposição em redes sociais ou na internet.

“Podemos não ter consciência, mas tudo o que fazemos é armazenado em bases de dados cada vez maiores: ao acordarmos, usamos o celular ou tablet para as atividades cotidianas, como verificar mensagens, ler notícias na internet,

conferir o clima e checar o nível de trânsito até o local de trabalho ou a escola dos filhos. Ao sair de casa, as torres de telefonia celular registram nosso itinerário. Programas instalados em nossos carros, telefones ou computadores registram nossos hábitos, gostos e preferências. Tudo é mensurável em dados, que podem revelar quem somos”, alerta Ferraço em seu relatório. Ele deu um exemplo de

como essas informações podem impactar decisões empresariais na relação comercial com consumidores. É o caso da oferta de passagens aéreas com base na localização geográfica do cidadão, prática conhecida como *geopricing* (precificação geográfica).

Recentemente, segundo ele, uma grande empresa argentina de turismo foi multada pela prática abusiva desse expediente.

Entenda o marco legal de proteção de dados

Fonte

- O PLC 53/2018 foi inspirado em linhas específicas da regulação europeia que entrou em vigor em maio deste ano: o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR, em sua sigla em inglês)

Hipóteses para o tratamento de dados

- Com o consentimento do titular
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo responsável pelo tratamento
- Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, sem a individualização da pessoa
- Para a proteção da vida ou da integridade física do titular ou de terceiro
- Para a tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias
- Para a execução de um contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a um contrato do qual é parte o titular, quando a seu pedido
- Para pleitos em processo judicial, administrativo ou arbitral
- Para a proteção do crédito, nos termos do Código de Defesa do Consumidor

Abrangência

- Quaisquer dados, como nome, endereço, e-mail, idade, estado civil e situação patrimonial, obtido em qualquer tipo de suporte (papel, eletrônico, informático, som e imagem etc.)

Contratos de adesão

- Nos casos de contratos de adesão, quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço, o titular deverá ser informado com destaque sobre isso

Dados sensíveis

- O texto traz o conceito de dados sensíveis, que recebem tratamento diferenciado: sobre origem racial ou étnica; convicções religiosas; opiniões políticas; filiação a sindicatos ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político; dados referentes à saúde ou à vida sexual; e dados genéticos ou biométricos quando vinculados a uma pessoa natural

Vigência

- As novas regras só passarão a vigor depois de um ano e meio da publicação da lei para que órgãos, empresas e entidades se adaptem.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados

- O projeto prevê a criação de uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Justiça com a missão de zelar pela proteção dos dados, fiscalizar e aplicar sanções, entre outras atribuições

Sanções administrativas

- Quem infringir a nova lei fica sujeito a advertência, multa simples, multa diária, suspensão parcial ou total de funcionamento, além de outras sanções

Responsabilidade civil

- O responsável que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, é obrigado a repará-lo. O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular for excessivamente onerosa



Em reunião presidida por Tasso (D), senadores aprovam vários projetos

Readmissão de empresas no Supersimples vai ao Plenário

Foi aprovado ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), um projeto que permite a readmissão dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial do Simples Nacional em janeiro por dívidas tributárias. O PLC 76/2018 — Complementar segue ao Plenário com urgência.

Para retornar ao Supersimples, o interessado deverá aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que autoriza o refinanciamento de dívidas fiscais (Refis).

Pela proposta do deputado Jorginho Mello (PR/SC), a reinclusão deverá ser pedida

no prazo de 30 dias contados da data de adesão ao Refis, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018.

O projeto recebeu parecer favorável o relator, José Pimentel (PT-CE). O relator lembrou que o projeto que deu origem à lei do Refis foi vetado pelo presidente Michel Temer em janeiro, quando ocorreu a exclusão. Em abril, o veto foi derrubado pelo Congresso, mas as empresas já não faziam parte do regime especial, o que inviabilizou a adesão ao Refis.

— Pouco sentido teria a instituição de programa de recuperação fiscal no âmbito do Simples se os mais necessitados fossem excluídos antes que dele pudessem usufruir — defendeu Pimentel.

Textos sobre auxílio-doença e ZPEs avançam em colegiado

A CAE também aprovou ontem, em decisão final, em projetos como o que destina uma parte dos royalties do petróleo à prevenção de desastres naturais e ao socorro das populações atingidas por esses fenômenos. O texto aprovado é um substitutivo de Valdir Raupp (MDB-RO) ao PLS 227/2011, do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA).

Também recebeu decisão final o PLS 319/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que exclui do prazo de carência para receber auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez formas incapacitantes de doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas.

Foram aprovadas ainda as autorizações para duas

zonas de processamento de exportação (ZPEs): uma em Pavussu e Eliseu Martins, no Piauí (PLS 468/2011), e outra em Presidente Kennedy (ES), conforme o PLS 75/2018. O primeiro projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), segue para a Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário. O segundo vai à Comissão de Desenvolvimento Regional.

Avançou o projeto que cria bônus salarial para professores de escolas públicas com desempenho acima da média nacional nas avaliações do Inep. O PLS 294/2014 vai à Comissão de Educação (CE).

Foi rejeitada a proposta que proíbe a venda de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol, para menores de 18 anos (PLS 145/2016).

Uso de receita de royalties para pagar despesas com pessoal pode ser proibido

Vai ao Plenário com urgência projeto que impede que as receitas de royalties sejam consideradas no cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. De Dalfrido Beber (PSDB-SC), o PLS 334/2017 — Complementar

foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) relatou a proposta.

Segundo o autor, as receitas de compensações financeiras ou de royalties são justas e podem ser de valor significa-

tivo para algumas unidades da Federação. Todavia, têm a característica de serem voláteis, por isso não devem ser utilizadas como base de cálculo para a apuração das despesas com pessoal, que são usualmente de caráter continuado.

Bezerra concordou com o argumento e deu o exemplo do estado do Rio de Janeiro, que usou receitas dos royalties do gás e do petróleo como se fosse permanentes.

— O Rio de Janeiro foi à falência. As receitas dos royalties, num dado momento, cres-

ceram de forma extraordinária. Aí vieram a involução dos preços do petróleo, a queda acentuada de arrecadação e outros equívocos administrativos. A receita de royalty é instável por natureza e não pode ser considerada como algo permanente.

Tabelamento de frete é criticado em audiência

Representantes da indústria e dos produtores agropecuários disseram, na comissão mista sobre a MP que fixou valores para o serviço, que a tabela desorganiza o setor

O ESTABELECIMENTO DE uma tabela fixa para os fretes rodoviários não ajudaria o setor produtivo, segundo participantes da audiência realizada pela comissão mista da MP 832/2018. A medida provisória cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, mediante tabela elaborada semestralmente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com valores por quilômetro rodado, por eixo carregado e segundo a carga.

Para o gerente-executivo de Políticas Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, o tabelamento fere o princípio da livre iniciativa, descumpra contratos e desorganiza e prejudica o sistema produtivo. — Além de não resolver os desequilíbrios, alterar esse jogo só aumentaria os custos para o consumidor.



A criação do piso mínimo foi uma das propostas do governo para pôr fim à greve dos caminhoneiros em maio

Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal, Ariel Mendes ressaltou que o setor frigorífico não pode utilizar transportadores autônomos, por motivos de sanidade animal. Segundo ele, esse transporte pode ocorrer em diferentes tipos de veículos —

desde vans até caminhões de dois eixos.

— Pedimos que as regras previstas na medida não se apliquem aos fretes de ovos, pintos, leitões, frangos, bovinos e rações, nos quais não são utilizados transportadores autônomos.

Diretor da ANTT, Marcelo Vinaud Prado disse que já identificou 54 setores da cadeia produtiva que precisam de tratamento específico em relação aos custos. Para ele, apesar de haver um ciclo vicioso dos transportes rodoviários de cargas, o piso do frete não deverá

solucionar adequadamente esses problemas.

— Precisamos também apontar quem será beneficiado com a medida e garantir que ela alcance verdadeiramente esse público — destacou.

O relator da MP, deputado Osmar Terra (MDB-RS), considera o tabelamento necessário, desde que regulamentado.

— Acho que estamos caminhando para um entendimento para a pacificação nacional.

Já o assessor da Diretoria-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Pietro Mendes disse que o órgão intensificou o monitoramento dos preços dos combustíveis, em conjunto com órgãos de defesa do consumidor, para assegurar o repasse dos R\$ 0,46 por litro do diesel aos transportadores. Segundo ele, a ANP não tem responsabilidade sobre os valores, mas subsidia o Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Adiada votação de medida sobre piso no transporte

A falta de acordo impediu ontem a votação do relatório da medida provisória que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas na comissão mista. Pedido de vista apresentado pelo deputado Evandro Gussi (PV-SP) adiou a análise da MP 832/2018 para hoje.

Antes da leitura do texto do relator, deputado Osmar Terra (MDB-RS), o deputado Henrique Fontana (PT-RS) e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediram que não houvesse apresentação de pedido de vista, como forma de garantir a estabilidade do acordo feito entre governo e caminhoneiros para aprovação da proposta antes do recesso parlamentar.

Gussi discordou e manteve o pedido de vista, lembrando que o tema abordado pela MP ainda aguarda o posicionamento da Justiça.

Com a medida, estão vigentes desde 30 de maio tabelas com preços mínimos para o

transporte de cargas geral, a granel, frigorífica, perigosa e neogranel (carga geral, sem embalagem, transportada em lotes, como automóveis, por exemplo).

O tabelamento tem sido criticado pelos setores produtivos, que impetraram mais de 50 ações contra a medida no Supremo Tribunal Federal (STF). Por sua vez, os caminhoneiros reclamam que, na prática, o tabelamento vem sendo desrespeitado.

Terra acatou 15 emendas apresentadas ao texto original da MP e anunciou acordo para inclusão de emenda do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que concede anistia às multas e sanções ocorridas em virtude das paralisações entre 21 de maio e 4 de junho.

No relatório, Terra cita nota técnica da Consultoria de Orçamento da Câmara, segundo a qual a MP busca normatizar serviços privados existentes, o que não provoca qualquer

implicação orçamentária e financeira, visto que quase todos os contratos de fretes são feitos entre agentes privados e não constam, especificamente, nas despesas do Orçamento da União. A nota técnica destaca ainda que a MP não prevê nenhum impacto, visto que não haverá nenhuma modificação na lei orçamentária em vigor.

“Não se trata de definir e tabelar os preços a serem praticados no mercado. A definição que se busca é de um piso mínimo, referente ao custo operacional do serviço. Provavelmente, valores mais altos serão praticados na maior parte do ano e as relações de mercado naturalmente deverão se reequilibrar a partir de um referencial mínimo”, destaca Terra em seu relatório.

Se o relatório à MP for aprovado na comissão mista, passará a tramitar como projeto de lei de conversão e seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado.

Audiência debate MP que reduziu preço do diesel

A comissão mista que analisa a admissibilidade da medida provisória que reduziu o preço do óleo diesel faz hoje uma audiência pública, às 11h, para debater a questão com representantes do governo e especialistas. Editada em resposta à greve dos caminhoneiros, a MP 838/2018 autorizou o subsídio de parte dos custos do diesel.

A subvenção foi de R\$ 0,07 por litro até o dia 7 de junho e de R\$ 0,30 por litro entre 8

de junho e 31 de dezembro deste ano. Cada produtor ou importador receberá o valor com base no volume de diesel vendido às distribuidoras e um preço de referência, que será regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A medida visa reduzir o preço do combustível na refinaria, com efeito sobre o valor final do litro do diesel nos postos. Segundo a MP, o gasto com o subsídio ficará limitado a

R\$ 9,5 bilhões este ano.

A audiência terá como convidados representantes do Ministério da Fazenda, da Petrobras, da ANP e do Ministério de Minas e Energia.

Qualquer pessoa pode interagir na audiência, por meio do Portal e-Cidadania ou pelo Alô Senado (0800 662211).

O presidente da comissão mista da MP é o senador Dário Berger (MDB-SC) e o relator é o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Comissão aprova indenização por trabalho extra de policial rodoviário

Foi aprovado ontem, em comissão mista, o relatório à medida provisória que institui uma indenização aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que trabalharem durante as horas que deveriam ser de repouso remunerado. A MP 837/2018 foi editada para garantir a atuação dos policiais rodoviários durante a greve dos caminhoneiros. O texto será votado agora pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP prevê indenização de R\$ 420 para quem trabalhar durante 6 horas e de R\$ 900 para quem trabalhar 12

horas, em ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam mobilização do efetivo. A indenização fica isenta de Imposto de Renda e de contribuição previdenciária, mas não será incorporada ao subsídio. A despesa prevista é de R\$ 16,8 milhões em 2018 e de R\$ 28,8 milhões em 2019 e em 2020. Como sofreu mudanças, o texto passará a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV 19/2018).

Emenda acolhida pelo relator, senador José Medeiros (Pode-MT), permite a atualização dos valores de indenização por meio de decreto.

Medeiros elogia Polícia Rodoviária em Rondonópolis

Ao se referir a sessão solene realizada ontem no Plenário da Câmara dos Deputados em homenagem aos 90 anos da



Medeiros/Agência Senado

Polícia Rodoviária Federal (PRF), José Medeiros (Pode-MT) destacou a importância da corporação, lembrando que seus integrantes trabalham dia e noite para garantir a segurança das rodovias. Medeiros elogiou a próxima inauguração de uma base da PRF, em Rondonópolis (MT).

— Será um ponto importante, porque Rondonópolis é uma confluência de duas BRs muito importantes.

Rodrigues Palma pede modelo tributário justo

O modelo tributário brasileiro cobra mais de quem ganha menos, segundo Rodrigues Palma (PR-MT). O senador defendeu um sistema mais equilibrado, justo, simples e adequado à realidade do país.

Segundo Palma, há mais de 80 tributos no Brasil. Ele defende repensar a justiça social tributando, sobretudo, grandes fortunas, renda, grandes propriedades e heranças.

— Estudo do Banco Mundial mostra que tributos indiretos representam cerca de 55% da receita brasileira, com efeito cascata sobre itens essenciais.



Valdemi Barreto/Agência Senado